



**UEPB**  
Universidade  
Estadual da Paraíba  
**CENTRO DE UMANIDADES-GUARABIRA-CAMPUS III**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**SEVERINO DOS RAMOS DE OLIVEIRA**

**ECONOMIA E ESCRAVIZADO(A)S NOS ANOS FINAIS DA  
ESCRAVIDÃO EM BANANEIRAS-PB**

**GUARABIRA-PB  
NOVEMBRO DE 2017**

**SEVERINO DOS RAMOS DE OLIVEIRA**

**ECONOMIA E ESCRAVIZADO(A)S NOS ANOS FINAIS DA  
ESCRAVIDÃO EM BANANEIRAS-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciado.

Orientador: Dr. Juvandi de Souza Santos

**GUARABIRA-PB  
NOVEMBRO DE 2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O58e Oliveira, Severino dos Ramos de.  
ECONOMIA E ESCRAVIZADO(A)S NOS ANOS FINAIS  
DA ESCRAVIDÃO EM BANANEIRAS-PB. [manuscrito] /  
Severino dos Ramos de Oliveira. - 2017.  
53 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos,  
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Colonização. 2. Produção econômica. 3. Escravidão em  
Bananeiras.

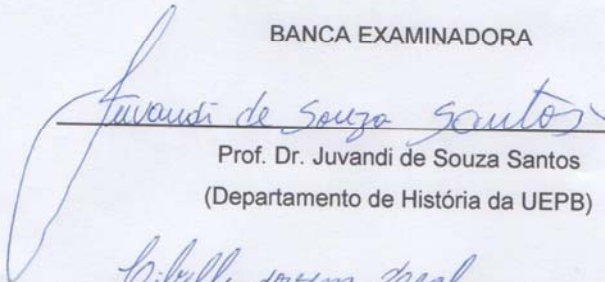
21. ed. CDD 326

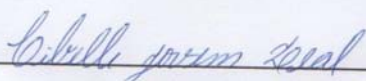
SEVERINO DOS RAMOS DE OLIVEIRA


**ECONOMIA E ESCRAVIZADO(A)S NOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO EM  
BANANAEIRAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em 14 de novembro de  
2017.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos  
(Departamento de História da UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms.<sup>a</sup> Cibelle Jovem Leal  
(Departamento de História da UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Thomas Bruno Oliveira  
(Instituto Histórico de Campina Grande)

GUARABIRA-PB  
NOVEMBRO DE 2017

Dedico a Deus, a minha linda esposa e meus filhos, a minha mãe, meu pai, a todos os meus irmãos e familiares, aos meus amigos. Muito obrigado por toda amizade e companheirismo.

Portanto dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória perpetuamente! Amém. (Romanos: 11; 36).

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar venho agradecer ao arquiteto do Universo, o dono de todo o poder, o Senhor da minha vida, a qual é dono de toda honra, glória e louvor: DEUS. A esse vai toda a minha gratidão, pois foi Ele quem me proporcionou a minha chegada à Universidade Estadual da Paraíba campus III em Guarabira. Deus serei eternamente grato ao Senhor. Nunca posso deixar de te agradecer, pois o Senhor é o mentor de todos esses acontecimentos em minha vida.

Quero externar os meus agradecimentos a uma pessoa que foi muito importante nesse meu trajeto acadêmico, minha esposa, minha namorada, minha amiga, adjutora, companheira, conselheira, motivadora, enfim, me falta adjetivos para você meu amor, Daniela (minha Neguinha), só sei falar muito obrigado! Você foi pedra fundamental nesses mais de cinco anos dentro daquela instituição de ensino, pois lembro muito bem, tantas vezes que pensei em parar você foi quem mais me motivou a continuar, **MUITO OBRIGADO!** Tenho que deixar registrado aqui, minhas lágrimas rolam em meu rosto, por lembrar quantas noites me ausentei de você e dos nossos filhos para poder concretizar um sonho meu que é de se formar em História. E quantas vezes chegava em casa estressado e cansado da labuta do dia, como também das aulas e te encontrava com um sorriso e sempre me fazia uma pergunta: “que cara é essa?”. Sempre me motivando, nunca deixando eu desistir, como está difícil escrever esses agradecimentos, pois as lágrimas insistem em cair sobre o meu rosto.

Assim te agradeço Daniela (minha esposa), como também meus filhos Maria Cecília (minha Gordinha), Wesley Samuel (meu Neguinho) e Sarah (meu Milagre), sem vocês não conseguiria.

Também não posso deixar de agradecer a minha guerreira Francisca Maria de Oliveira (minha mãe), pois lembro muito bem, sendo ela mãe de nove filhos, a dificuldade que era todos os inícios de ano letivo a compra dos materiais escolares para comprar, pois sendo ela dona de casa e meu pai o Sr José Eugênio de Oliveira (Seu Dedé) agricultor, não tinham muitas condições financeiras para proporcionar o melhor material para seus filhos, porém nunca deixou faltar o material escolar deles. Agora meus pais com esse feito alcançando, não posso deixar de dizer a vocês dois que tenho o maior orgulho de dizer que sou filho de dona Francisca e de seu Dedé.

Obrigado a vocês por todo o esforço e dedicação não só por mim, mas também por todos os seus nove filhos.

Não serei ingrato, esquecendo-se de vocês meus irmãos Roberto Rivelino, José Eugenio Junior, Simone Eugênio, Roberto Eugênio (Beto), José Janilson (Cirilo), José Jamilton (Nino), Maria das Graças (Graça), Maria Gracilene (Nena), Graciane Maria (Ana), Roseane Maria (sobrinha irmã Rose) e meu caçula Daniel de Oliveira (Nel), esse ficou por último propositalmente, pois esse foi o cara da nossa família que conseguiu o feito mais importante, ingressar em uma universidade, foi esse cara que sempre foi meu exemplo, e que sempre me trouxe palavras de incentivo e apoio, valeu Nel!

A todos os meus irmãos muito Obrigado!

Em nome de Alline Natielle quero aqui expressar meus sentimentos de agradecimentos a todos os meus sobrinhos e sobrinhas que são muitos, e não posso esquecer-me de nenhum.

Como também no nome do meu cunhado Luiz Quirino Neto (Lula) quero agradecer a todos (as) os (as) cunhados (as) pelo incentivo e palavras de apoio.

Não posso esquecer os amigos Claudio Luiz, Israel Ferreira, Lucas Cassiano, Edvan Querino, Alex Xavier, há todos vocês muito Obrigao!

“Eita”! Como se esquecer da minha querida turma História 2012.2, não tem condições, pois vocês não deixam espaço para isso acontecer. Foi a melhor turma de ensino que a UEPB campus de Guarabira - PB já teve e outra igual jamais vai existir. Lembro em nossos primeiros períodos o que os nossos professores falavam o que escutavam dos outros professores, “turma de ensino médio”. Fazíamos daquele lugar nosso meio de divertimento, pois em meio a tantas dificuldades não nos deixavam a abater e tínhamos que aproveitar cada momento junto para rir. Em de dois irmãos José Hélio e José Aragão quero agradecer a todas (os) que compunham essa maravilhosa turma. Valeu galera!

Através do professor Juvandi de Souza Santos quero agradecer a banca de professores(as), pois sem vocês não teríamos conseguidos chegar onde chegamos, vai os meus votos de agradecimentos.

Posso terminar esses agradecimentos deixando aqui dois refrãos de uma música de Shirley Carvalhaes que me acompanhou nesse trajeto acadêmico,

*Pra chegar até aqui, muitas lágrimas chorei*



*Quantas noites acordado, alto preço eu paguei  
Foram lutas e vitórias, sofrimentos e alegrias  
E novas experiências, conquistando a cada dia*

*Tive muitas aflições, mas venci nas orações  
Em segredo com Deus eu falei, em gemidos eu desabafei  
Quem escreveu minha história sabe tudo sobre mim  
Cada erro, cada acerto pra chegar até aqui (compositora  
Vanilda Bordiere).*

MUITO OBRIGADO!

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a produção econômica e a presença do(a)s escravizado(a)s na vila (1833) e cidade (1879) de Bananeiras-PB nos anos finais da escravidão. Para construir este Trabalho de Conclusão de Curso foi fundamental a leitura da historiografia da região e da escravidão brasileira, especialmente a que diz respeito a Bananeiras-PB (GALLIZA, 1979; COSTA, 1992; SILVA, 1997; 2007; ROCHA, 2001; OLIVEIRA, 2017). A partir desta leitura historiográfica foi possível ter acesso a documentação e analisá-la. Assim, neste trabalho analisamos três inventários *post-mortem* e as listas de matrículas que foram anexadas nesta documentação de senhores de escravizado(a)s que vivenciaram os últimos anos da escravidão em Bananeiras-PB: Estevão José da Rocha (1874), Nicoau Joze de Carvalho de Brito e Virginio Barbosa de Lucena (1888). Esta documentação foi imprescindível para a nossa investigação. Desta forma, nestes três inventários identificamos a produção econômica de alguns dos principais senhores donos de escravizado(a)s e, bem como, foi possível constituir traços dos perfis do(a)s escravo(a)s que pertencentes a estes escravocratas. O levantamento dos perfis foi importante para “reconstituir” parte da presença negra na região. Não simplesmente propriedade, mas como pessoas que, mesmo com a crueldade da escravidão, contribuíram de alguma forma com Bananeiras-PB. Desse modo, percebemos que em Bananeiras-PB ocorreu a escravidão que durou desde o início de sua colonização até o último quartel do século XIX quando foi extinta a sua legalidade jurídica. Mesmo que o quantitativo de escravizado(a)s em Bananeiras-PB, fosse pequena em relação a outros locais do Brasil, isto não anula as agruras e a presença de mulheres e homens que foram escravizados no “Brejo das Bananeiras”. Por fim, este trabalho soma-se a diversos outros sobre a escravidão na Paraíba e a História da Paraíba-PB no final do século XIX.

**Palavras-chave:** Colonização; Produção econômica; Escravidão em Bananeiras.

## ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the economic production and the presence of the enslaved in the town (1833) and city (1879) of Bananeiras-PB in the final years of slavery. In order to construct this Work of Conclusion of Course, it was fundamental the reading of the historiography of the region and the Brazilian slavery, especially with respect to Bananeiras-PB (GALLIZA, 1979; COSTA, 1992; SILVA, 1997 and 2007; ROCHA, 2001; OLIVEIRA, 2017). From this historiographical reading it was possible to have access to the documentation and to analyze it. Thus, in this work we analyze three postmortem inventories and the lists of enrollments that were annexed in this documentation of enslaved lords who lived the last years of slavery in Bananeiras-PB: Estevão José da Rocha (1874), Nicoau Joze de Carvalho de Brito and Virginio Barbosa de Lucena (1888). This documentation was essential for our investigation. In this way, in these three inventories we identify the economic production of some of the main masters of enslaved and, as well as, it was possible to form traces of the profiles of the slave (s) that belonged to these slaveowners. The survey of the profiles was important to "reconstitute" part of the black presence in the region. Not simply property, but as people who, even with the cruelty of slavery, contributed in some way to Bananeiras-PB. In this way, we notice that in Bananeiras-PB occurred the slavery that lasted from the beginning of its colonization until the last quarter of century XIX when its legal legality extinguished. Even if the number of enslaved women in Bananeiras-PB was small compared to other places in Brazil, this does not negate the hardship and presence of women and men who were enslaved in the "Brejo das Bananeiras". Finally, this work joins several others on slavery in Paraíba and the History of Paraíba-PB in the late nineteenth century.

**Keywords:** Colonization; Economic production; Slavery in Bananeiras.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Os onze primeiros Engenhos de açúcar em Bananeiras datado em 1852.....	34
<b>Quadro 2:</b> Divisão por sexo presente em três inventários.....	44
<b>Quadro 3:</b> Separação da população escravizada de Bananeiras por faixa etária em três inventários.....	45
<b>Quadro 4:</b> Quadro de faixa etária e divisão de profissão, dentro dos três Inventários <i>post-mortem</i> .....	45

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> MAPA DO ESTADO DA PARAÍBA.....	22
---	----

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento.....	23
<b>Imagem 2:</b> Engenho de açúcar, 1816, Henry Koster.....	31
<b>Imagem 3:</b> Engenho Goiamunduba em Bananeiras-PB.....	35
<b>Imagem 4:</b> Casa de farinha em Bananeiras na atualidade.....	37

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 – BANANEIRAS E SEU CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....	19
1.1. Bananeiras: formação histórica e colonização .....	19
<b>2 – ECONOMIA EM BANANEIRAS NO FINAL DA ESCRAVIDÃO</b> .....	26
2.1 - Agriculturas, um fator econômico. ....	26
2.2. – Algodão: uma importante plantação. ....	28
2.3. – Açúcar .....	31
2.4 – Mandioca, café e a pecuária.....	36
<b>3 – Presença e perfil da população escravizada de Bananeiras no final da escravidão.</b> .....	41
3.1 – Reconstituindo o perfil da população escravizada .....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	52

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é a junção das pesquisas e leituras feitas por nós durante a nossa vida acadêmica na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus III em Guarabira-PB. O texto “Economia e Escravizado(a)s nos Anos Finais da Escravidão em Bananeiras-PB” faz parte da produção historiográfica brasileira que teve início na década de 1980, porém com maior intensidade na Paraíba durante o século XXI. Desta forma, o nosso objeto de estudo foi perceber qual era a economia produzida em Bananeiras-PB, Brejo paraibano, paralelamente presença-perfil de homens e mulheres que foram escravizadas nesta vila (1833) e cidade (1879). Para este trabalho foi eleito uma amostra de três inventários *post-mortem* de senhores de escravo(a)s que vivenciaram a escravidão final do século XIX. Ao todo nestes três inventários existem Listas de Matrículas que totalizam o registro de 50 cativo(a)s.

Os três são o finado Estevão José da Rocha (Barão de Araruna, 1874) o qual tinha uma quantia 40\$960 de prata, 696\$000 de móveis, 3:121\$000 de “gado vaccum”, 1:385\$000 em “gado cavallar”, 7:300\$000 em cativo(a)s, raízes no valor de 13:236\$000, dívidas activas de 1:609\$000 e dívidas passivas de 700\$000 ao todo totalizando uma fortuna no valor de 28:192\$960. Tudo isto representava um poder econômico do Barão de Araruna. A avaliação pecuniária do(a)s escravizado(a)s dentro do montante era uma parte significativa da soma.<sup>1</sup>

O exemplo dos bens avaliados do patrimônio do Barão de Araruna é um exemplo que se estende aos outros dois: Nicolau Joze Carvalho de Brito e Virgínio Barbosa de Lucena.<sup>2</sup> Notamos, assim, um grande acúmulo de riquezas, ou seja, um alto e vantajoso do espólio deixado para seus respectivos herdeiros. Ainda sobre o Barão de Araruna:

Um mês de sua morte, 5 de julho, reuniram-se na casa do Major José Antônio Ferreira da Rocha, genro do Comendador, a viúva Úrsula Emília da Rocha, o Juiz de Direito da Comarca, e o Escrivão Basílio de Melo. Naquele encontro foi lavrado o termo de abertura do inventario e efetivado o

<sup>1</sup>Inventário de Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2º Cartório 1841-1898), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

<sup>2</sup>Inventários de Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907) e Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.



juramento do inventariante. Foram habilitados no inventario seus filhos José Florentino da Rocha, Maria Emília da Rocha Cirne, João Antonio da Rocha, Antônio Alves da Rocha, Maria Engrácia da Rocha, Felinto Florentino da Rocha Filho, Luiza Elisa da Rocha, Manoel Florentino da Rocha e Maria Almarinda da Rocha (ALMEIDA, 1978, p.149).

Desta forma, o inventário era um instrumento de perpetuação do poder econômico entre o(a)s herdeiro(a)s, pois ao passo que declarava todos os bens do(a) finado(a) o passo seguinte seria a divisão igualitária de todo cabedal. Dentro desses documentos conseguimos analisar e ver os valores aquisitivos que esses tinham. Como também averiguar como o(a)s escravo(a)s eram valioso(a)s para aquele(a)s o(a)s quais possuíam. Não era importante somente para o cultivo das lavouras, mas, também, como um bem financeiramente avaliado.

Portanto esta documentação foi importante na constituição da primeira parte desse trabalho, pois trago processo de expansão do “gado vaccum”(sic) e, bem como, a colonização e formação de Bananeiras passando o “arraial”, vila (1833) e cidade (1879). Para tanto, foi imprescindível a contribuição da historiografia sobre Bananeiras-PB, com os trabalhos Galliza (1979), Costa (1992), Silva (1997; 2007), Rocha (2001), Silva (2007), Medeiros (2009) e Oliveira (2017), discutindo a formação histórica de Bananeiras-PB e que alguns destacavam a participação significativa e positiva da população negra escravizada como protagonista para esta região.

No capítulo dois, trabalhamos o papel de colonização desempenhado pela criação como a agricultura. Assim, o criatório, a cana-de-açúcar, a mandioca, o algodão e o café ao mesmo tempo em que dava novos tons às propriedades consolidava ainda mais a colonização nesta região. Costa (1992, p. 241) faz uma divisão das classes detentoras de riquezas de Bananeiras. A referida autora traz que os maiores detentores eram os produtores de cana-de-açúcar e de engenhos. Em seguida os cultivadores de algodão. Por último, mesmo com 56% de todos os inventários por ela analisado os produtores de mandioca e criadores.

O terceiro capítulo: “Presença e perfil da população escravizada de Bananeiras no final da escravidão” “reconstituímos” alguns traços do perfil da população escravizada lançada nos inventários *post-mortem*. Mesmo que a amostra seja quantitativamente pequena, porém qualitativamente tornou-se grandiosa demonstrando características específicas da população cativa que vivenciou a escravidão em Bananeiras-PB nos últimos anos. Assim, demos prioridade em

conhecer o sexo da população cativa, as idades do(a)s escravo(a)s e a profissão por eles e elas desempenhadas.

Tendo em vista que as pesquisas acerca da escravidão se aglutinam nos grandes centros urbanos, tanto no que se refere ao Brasil como ao estado da Paraíba, existe, portanto, uma grande fresta ou necessidade de novas pesquisas sobre a escravidão não voltada apenas aos grandes centros urbanos paraibanos ou brasileiros, mas, também, nas cidades periféricas e interioranas do Brasil. É nisto que, em parte, que está centrada a nossa importância.

É por isto que é importante o nosso trabalho: “Economia e Escravizados nos Anos Finais da Escravidão em Bananeiras-PB”. Através desta pesquisa estaremos contribuindo com as pesquisas sobre a Paraíba no final do século XIX.

## 1 – BANANEIRAS E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Antes de submergirmos nas relações da escravidão, a qual possibilitou riquezas aos senhore(a)s de escravo(a)s por um lado e, por outro, relações de parentesco e no perfil da população escravizada em Bananeiras nos últimos anos de escravidão, faz necessário entendermos o contexto histórico que acarretou na vila (1833) e cidade (1879). Desta forma, iremos tratar acerca da colonização e do povoamento através da doação das sesmarias até chegar ao século XIX.

Nesta primeira parte do trabalho, iremos trabalhar com a historiografia disponível sobre Bananeiras, para podermos (re)discutir o seu processo histórico e sua importância para então Província da Parahyba do Norte. Sempre evidenciando qual era a finalidade da ocupação e produção de suas terras; discutindo o acúmulo do poder econômico através da produção de riquezas geradas de suas plantações agrícolas e engenhos de açúcar resultado da exploração do trabalho de escravizado(a)s. Assim, a partir de uma amostra de três inventários *post-mortem* algumas famílias detentoras de patrimônio considerado alto em Bananeiras no final da escravidão.

### 1.1. Bananeiras: formação histórica e colonização

A colonização das terras de Bananeiras-PB teve início em meados do século XVII, com intensificação no século XIII pelas doações de sesmarias aos desbravadores Domingos Vieira e Zacarias de Melo, portugueses moradores de Mamanguape-PB. Desse modo, sendo confirmada por pesquisas de Silva (1997), Silva (2007) e Medeiros (2009); portanto, conseguimos visualizar uma coerência dos textos, pois todos trabalham com a colonização de Bananeiras entre a segunda e terceira década do século XVII, com uma maior proporção e avanço nos séculos XVIII e XIX. Medeiros (2009) deixa registrado em sua obra *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba* que,

a colonização de Bananeiras começou na segunda ou terceira década do século XVII, sendo, dentre os primitivos desbravadores, conhecidos os nomes de Domingos Vieira e Zacarias de Melo, moradores em Mamanguape, os quais ali obtiveram sesmarias em 1716. Nas adjacências de uma lagoa situada no fundo de um vale, crescia um bananal de espécie diferente, que produzia frutos minúsculos e imprestáveis para alimentação.

Daí o nome dado ao local e à povoação que ali se formou (MEDEIROS, 2009, p. 28).

Ao lermos esta citação podemos enxergar uma informação importante: o provável motivo do nome recebido por Bananeiras e a obtenção de terras de uma forma “legal” devido a doação das sesmarias recebidas no ano de 1716 por parte dos senhores Domingos Vieira e Zacarias de Melo.

Em nossa pesquisa conseguimos através da obra “As estratégias de luta pela liberdade nos últimos (1871-1888)”, de Oliveira (2017), encontrar transcrição da sesmaria de nº 162, datada de 28 de fevereiro de 1719, da obra de João Lyra Tavares.

Domingos Vieira Machado e Zacarias de Mello moradores em Mamanguape, tendo suas criações de gados não tinham terras suficientes para as crearem, e de presente haviam descoberto uma terras e as tinham situado por estarem devolutas, as quaes pedião por datas, cujas terras são nas testadas dos índios *Sucuru's* na serra da *Cupaóba* pelo riacho da *Canafístula*, duas legoas de duas de outra testada da mesma aldeia dos *Sucuru's* buscando a *Maricituba* e outras duas de largo, buscando também o nascente e vem a contestarem e fazerem quatro na largura sempre pelas testadas da dita aldeia da parte do nascente, cujas terras supposto fossem dadas em algum tempo, estão devolutas e por taes e estarem já povo das haveria quatro ou cinco mezes requerião duas legoas de comprido e duas de largo para cada um, para apanharem um olho d'agua nesta forma que de outra sorte a não tinha na forma confrontada em sua petição pela dita testada da aldeia e indo contestar um com o outro para o nascente (TAVARES, 1982, p. 110 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 35).

Detectamos uma diferença no ano de doação de sesmaria, onde na citação de João Lyra Tavares (1982) não é a mesma encontrada no texto de Coriolano de Medeiros (2009), onde no primeiro está citado o ano de 1719 e, no segundo 1716. Através desse trecho de doação das sesmarias encontramos alguns aspectos e motivos dos senhores Domingos e Zacarias estarem necessitados de mais terra, pois as que eles tinham estavam insuficientes para a “criações (sic) de gados”. Ressaltando que o principal motivo para a chegada e colonização das terras da região de Bananeiras era a necessidade da expansão de terras para criação “gado vacuum”.

A colonização das terras brasileiras, bem como as de Bananeiras, ocorreu em meio a disputas sangrentas do território entre as tribos indígenas versus os colonizadores. Nos pedidos de sesmarias citado e transcrito por João Tavares de Lyra haviam terras que estavam sendo habitadas por tribos indígenas situadas nas redondezas e no Brejo paraibano. Tribos como “índios *Sucuru's* na serra da

*Cupaóba*” e etc. Sem falar que a região de Bananeiras ficava em um ponto estratégico da Paraíba, e que sua povoação deveria acontecer para a continuidade da colonização. Paralelamente, era uma alternativa de ligação para a região sertaneja como, também, para área litorânea paraibana como aponta Oliveira (2017):

Concomitantemente, não foi aleatoriamente que a colonização de Bananeiras pode fornecer terras tanto para criar quanto para fortalecer o povoamento na região, pois como já foi colocado por nós, anteriormente, que a localização de Bananeiras fica em local estratégico, tanto próximo da entrada para o *sertão* quanto perto do litoral (OLIVEIRA, 2017, p. 36). Como podemos perceber, o processo de conquista e de povoação de Bananeiras foi caracterizado por um momento de luta e de resistência da população indígena. Ocorreu por um período de cerca de 50 anos de confrontos intensos, evidenciando outro lado da historiografia: que a população indígena não assistiu inerte a destruição do seu *habitat*, mas, pelo contrário, lutou das mais variadas formas e com as diversas armas para não perder suas terras, principalmente, para tentar preservar a sua cultura. Tudo isto é bem interessante, pois boa parte da historiografia local não evidencia a forma aguerrida que a população indígena resistiu, pelo menos de início da colonização imposta pelos europeus e seus descendentes nesta região (OLIVEIRA, 2017, p. 39).

O autor Manoel Luiz Silva (2007) evidencia os embates que ocorreram entre a colonização liberada pelos colonizadores e população indígena. Esta última sempre resistindo. O autor em seu texto nos diz:

[...] a criação da povoação de Bananeiras se dar por uma série de circunstâncias interessantes, levada principalmente pelas diversas lutas travadas entre os indígenas e os colonizadores, para ocupação de terras devolutas com flora e fauna abundantes. De forma que até 1721 a comunidade não passava de uma pequena aldeia situada a margem da lagoa e que seus nativos eram os tapuias que não permitiam que o homem branco nela habitasse (SILVA, 2007, p.14).

Desta forma, Silva (2007) evidencia as lutas travadas no processo de colonização das terras, demonstrando a dificuldade, por um lado, dos colonizadores, bem como (em parte) a resistência da população indígena (SILVA, 2007). O citado autor desta ressalta a existência de uma lagoa, e perto deste manancial teria o início da colonização, pois a justificativa da sesmaria era para “*creação de gado vacum*” (sic). Paralelamente, esta seria para contribuir com a criação dos rebanhos de bovinos, equinos, caprinos, ovinos, e etc. Deste modo,

Tudo isto demonstra que a colonização da região de Bananeiras, pelo menos no início, estava ligada com o processo de expansão da criação do gado bovino e não propriamente com a produção de alimentos, mas isto

não significou que, ao passo em que a consolidação da colonização e do povoamento estava se firmando, os moradores não fossem cultivando outros tipos de culturas, tanto criatória ou quanto alimentícia (OLIVEIRA, 2017, p.36).

Segundo Manoel Luiz, Bananeiras até o ano de “1796 tinha características de um arraial” (SILVA, 1997). Que ao passar dos anos este arraial foi crescendo em números de moradores até ganhar a aparência de um povoado. No ano de 1827 o povoado de Bananeiras passa a pertencer à jurisdição da Vila de São Miguel da Bahia da Traição (SILVA, 1997). Uma das fronteiras da região que seria Bananeiras entre o final do século XVIII ao início do século XIX remete com a povoação de Independência (que hoje é a cidade de Guarabira) e a capitania-província do Rio Grande do Norte. No ano de 1833 ocorre o desmembramento da Vila de São Miguel e se junta (MEDEIROS, 2009) ao termo de Areia<sup>3</sup>.

No mesmo ano em que Bananeiras se desliga da jurisdição da Baía da Traição (1833), deixa de ser considerado povoado e é elevada ao patamar de “Vila”. O Conselho Geral da Província da Parahyba do Norte, resolveu através do Art. 1º - Fica erecta em Vila a Povoação de Bananeiras. Onde no segundo artigo do livro de Atas nº 1 mostra as divisões do território da Vila de Bananeiras, mostrando que ficam pertencendo a Vila, o Rio Saboeiro, a Povoação de Guarabira, o Curato de Nossa Senhora da Mercês da Serra do Cuité e Serra da Raiz (Livro de Atas nº 1, do Poder Legislativo *apud* SILVA, 1997, pp. 17,18).

A partir do mapa abaixo iremos contemplar as mediações de Bananeiras, ressaltando o que falamos anteriormente. Assim, a região de Bananeiras durante o século XIX corresponde a diversas cidades na atualidade. Portanto, percebe-se um vasto território de terras, onde ia desde a povoação de Guarabira (Independência) fazendo fronteira com o Rio Grande do Norte e Areia. Por fim, é perceptível a importância de Bananeiras geograficamente, uma vez que a sua composição abrigava uma significativa área fronteiriça com o Rio Grande do Norte e um extensivo espaço na província da Paraíba.

---

<sup>3</sup> Queremos informar que as divisões em povoado, vila e cidade eram responsabilidade do Estado; termo e comarca seriam de finalidade jurídica; e, por fim, estava dentro da responsabilidade da Igreja Católica a organização em capela, curado e freguesia.



**MAPA 1.0.** – MAPA DO ESTADO DA PARAÍBA (2017). A PARTE DESTACADA ERA O TERRITÓRIO DE BANANEIRAS, APÓS CONSOLIDAÇÃO DE VILA NO SÉCULO XIX (OLIVEIRA, 2017, p. 36).

Em 1835, passados dois anos da elevação a categoria de vila, a capela de Nossa Senhora do Livramento é ascendida ao patamar de freguesia. Podemos ver no Mapa1.0. a Paróquia de Nossa Senhora do Livramento na atualidade a qual passou por diversas transformações nos séculos posteriores. A importância da conquista de freguesia estava pautada na realização de rituais como batismos, casamentos e óbitos (OLIVEIRA, 2017), que antes era realizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição pertencente à cidade de Areia. O seu primeiro Padre foi José dos Santos Coelho da Silva. Nesse instante fica visível a força da igreja Católica no movimento das colonizações sobre a América Ibérica.

Ao mesmo tempo em que a Igreja Católica contribuiu para o processo de colonização e povoamento da América Ibérica, ela contribuiu localmente em Bananeiras. Assim, entendo que a conquista da elevação de capela a Freguesia de Nossa Senhora do Livramento ocorreu apenas em 1835, porém a sua contribuição no processo de conquista da região foi tão importante como em quaisquer outros lugares da América Ibérica (OLIVEIRA, 2017, p. 43).

Assim, a Igreja Católica ao mesmo tempo em que contribuiu para expansão-colonização da fé cristã (católica), ela colaborou com a colonização econômica no Brasil e em Bananeiras. Vejamos a imagem da Igreja Católica na atualidade:



1.0. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento (2017).  
Acerto particular do autor.

O nome da padroeira de Bananeiras está ligado à colonização dessa região no século XVII. Segundo o livro: *Bananeiras: Sua História, seu valores*, de Manoel Luiz da Silva (1997), o autor fala sobre outra versão para a história da formação e surgimento do “arraial” de Bananeiras, porém é de ressaltar o teor mítico que a narração contém. Portanto, o livro conta a história de um homem chamado Gregório da Costa Soares, que morava na Serra do Cuité. Este saiu de sua terra “em direção à região do Brejo, ainda inexplorada” e com objetivo de caçar. Durante o caminho, Gregório e seus companheiros ficam perdidos e em seguida são feitos prisioneiros dos povos indígenas da região. Silva (1997) diz que no meio do sentimento de medo de ser devorado, Gregório da C. Soares faz uma promessa a Nossa Senhora do Livramento, rogando-a para que lhe salvasse da morte. Se conseguisse livrá-lo da morte iria erigir uma capela e a esta daria o nome de Nossa Senhora do Livramento. Partindo de Santos (2012) a história de Gregório da Costa Soares é caracterizada pela controvérsia e, logo, trata-se de um mito. Em sua pesquisa Santos (2012) demonstrou que as populações indígenas na Paraíba, em especial as nações Cariris, não tinha a prática cultural do canibalismo e nem fazia parte de seus rituais sagrados e/ou sociais deste grupo que habitava a região.

Para concluir este mito foi “através das mãos benfazejas de uma índia Tapuia, desprendendo-o das amarras de cipó, na noite que antecedia o banquete antropófago” (SILVA, 1997, p. 16). Não queremos mudar o teor mítico desta



narrativa, porém percebemos pela leitura aos trabalhos de Silva (2007) e de Oliveira (2017) a citação ao historiador Humberto Nóbrega o qual em sua pesquisa traz um documento comprovando a existência do caçador Gregório Soares da Costa. Segundo Humberto Nóbrega, que transcreveu este documento, diz: “Trata-se da Escritura de doação lavrada no Termo da Vila de Monte Mor, pelo Tabelião Vicente Ferreira Serrano, de um pedaço de terra para patrimônio da Capela de Nossa Senhora do Livramento que o Capitão Gregório da Costa Soares, [...] fez por intermédio de seu procurador [...], João da Costa Pinheiro, aos 07 dias do mês de abril de 1769” (NÓBREGA *apud* SILVA, 2007, p. 13).

A Vila de Bananeiras teve sua elevação, deixando de ser vila para ser cidade no ano de 1879, pela força da Lei Provincial nº 690, datada em 16 de outubro de 1879. Assim desliga da rica cidade de Areia definitivamente. Assim, “A vila de Bananeiras fica elevada à categoria de cidade com a denominação de cidade de Bananeiras” (Lei nº 690 de 1879 *apud* SILVA, 1997, p. 19).

## 2 – ECONOMIA EM BANANEIRAS NO FINAL DA ESCRAVIDÃO

### 2.1 - Agriculturas, um fator econômico.

Notamos que a agricultura foi um fator importante na economia de Bananeiras no final da escravidão. Desta forma, veremos que essa atividade econômica era um ponto de arrecadação para receita de dinheiro para Bananeiras, pois o que estava sendo trabalhado, como por exemplo, cana-de-açúcar, algodão, mandioca e mais tarde o café; foi um período de grande produção e, conseqüentemente, adquirindo recursos financeiros para os cofres de quem plantava e negociava. Assim, “em Bananeiras foram desenvolvidas, com intensidade, as atividades algodoeira, canavieira e criatória, mas a partir, sobretudo das últimas décadas do século XIX, o café conferiu-lhe importância e riqueza” (GALLIZA, 1979, p. 38).

De princípio, discutiremos “a justificativa” da colonização na região chamada de Brejo paraibano. Assim, este território serviu para “creações de gados vacum e cavallar” (sic) e que de acordo com a necessidade havia pedidos para a expansão da localidade, como vem evidenciando a historiografia paraibana (GALLIZA, 1979; COSTA, 1992; SILVA, 1997, 2007; OLIVEIRA, 2017).

Desta forma, este último autor afirma que:

Tudo isto demonstra que a colonização da região de Bananeiras, pelo menos no início, estava ligada com o processo de expansão da criação do gado bovino e não propriamente com a produção de alimentos, mas isto não significou que, ao passo em que a consolidação da colonização e do povoamento estava se firmando, os moradores não fossem cultivando outros tipos de culturas, tanto criatória ou quanto alimentícia (OLIVEIRA, 2017, p.36).

As terras do Brejo de Bananeiras foram vertiginosas para a policultura e que utilizou braços de mulheres e homens cativos. Dentre as diversas culturas, podemos citar a cana-de-açúcar, mandioca, algodão e café. Desse modo, concordamos com a historiadora Dora Isabel Paiva da Costa quando ela diz que “o sentido da ocupação deste território esteve ligado originalmente a terras doadas para criação de gado e cultivos de lavouras para manutenção das populações” (COSTA, 1992). A região de Bananeiras no século XVII tinha uma necessidade do aumento de terras para a pecuária e, paralelamente, a ampliação de propriedades para a produção de roças

para o cultivo de sementes para o abastecimento alimentício das pessoas residentes no povoado de Bananeiras e em seguida vila (1833).

Em nossa pesquisa, encontramos várias produções historiográficas de pesquisadore(a)s trazendo em forma acadêmica o processo de formação, destacando a importância da agricultura e seus frutos sem muita importância em seu início. Mas com o passar do tempo consegue se desenvolver uma agricultura relevante, ao ponto de abastecer outras vilas e cidades da região da Parahyba do Norte e de outras províncias do Norte do Brasil Império. Isto já tinha sido afirmado anteriormente “não dissimulo que os brejos paraibanos são abundantes celeiros do sertão para os tempos normais e para as épocas de crise. Chegam até a prover às necessidades do Rio Grande do Norte [...]” (ALMEIDA, 1980, p. 164).<sup>4</sup> Desta forma, trabalhar nessa segunda parte a economia de Bananeiras-PB, envolvendo o cultivo desses produtos. Sabendo que através dessas relações de produção, surgiram vários setores de trabalhos humanos, como casa de farinha (mandioca), galpão com descaroadoras (algodão) e engenhos (açúcar).

Sobre o poder econômico, não podemos deixar de relatar que o(a) escravizado(a) fazia parte da fortuna dos senhores e que ele(a) [o(a) escravizado(a)] trabalhava nas unidades produtivas. Estas, dependendo da quantidade de escravizado(a)s poderia ser dividida em pequena (de 1 a 3 escravo(a)s), média (de 4 a 9 escravo(a)s ou grande (acima de 10)<sup>5</sup>. Desta forma, é possível perceber pela documentação levantada que nem todas as pessoas eram detentoras de escravizado(a)s. Normalmente, apenas pessoas abastadas e que tivessem diversas propriedades seriam possuidoras de escravo(a) ou que tinha algum tipo de necessidade. Os que não detinham cativos, mas que fazia necessário o seu trabalho poderia alugá-los a terceiros (CHALHOU, 2011 [1990]).

Encontramos a notícia publicada no jornal *Diário da Parahyba* sobre duas cativas: “quem precisar de duas escravas, uma para cosinhar e engommar, e outra cosinhar, somente, pode dirigir-se a esta typographia que se dirá quem aluga (sic)”

---

<sup>4</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa-PB, Universitária/UFPB, 1980.

<sup>5</sup> Esta divisão de pequeno, médio e grande unidades produtivas a partir da quantidade de escravizado(a)s poderia variar de acordo com o local e o tempo. Desta forma, isto não poderia ser aplicado a regiões de grande produtividade açucareira do litoral de Pernambuco e da Bahia ou as regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo.

(DIÁRIO DA PARAHYBA, 1884).<sup>6</sup> A historiadora Solange Pereira da Rocha (2001) identificou alguns anúncios em jornais de cativos que estavam à disposição para o aluguel. Assim, ela afirma:

São vários os exemplos de mulheres escravizadas que circulavam pelas ruas negociando com verduras, frutas e outras mercadorias. Senhoras e senhores procuravam as “negras de taboleiro”, a exemplo de um(a) morador(a) da Capital que, na década de 1860, tentava alugar uma *escrava que compre e venda na rua, e que seja fiel, e não seja ébria*.(sic)<sup>7</sup>

Portanto, a compra ou o aluguel de escravizado(a)s foi uma realidade na Província da Parahíba do Norte.

## 2.2. – Algodão: uma importante plantação.

Acerca do algodão esse tinha uma finalidade específica, pois essa matéria-prima servia para fabricação de vestimentas, como também servia de alimentação para os animais. “[...] Seu caroço constituiu excelente ração para o gado e sua rama serviu de alimento para ele” (GALLIZA, 1979). O algodão foi uma cultura que se deu ao solo do Brejo paraibano, mas sua melhor estadia era em solos do Agreste, como afirma a historiadora Diana Soares de Galliza: “foi o agreste a região por excelência do cultivo e plantação algodoeira, com seu clima desprovido daquela umidade característica do brejo” (GALLIZA, 1979, p.45).

Desta forma, a cultura do algodão em Bananeiras-PB foi de grande rentabilidade para senhores e senhoras. Assim, identificamos que na abertura do inventario *post-mortem* de Virgínio Barbosa de Lucena uma quantidade considerável de algodão em caroço, sendo avaliado em 827\$000. Fazendo uma comparação da importância do algodão dentro do montante com o açúcar, percebemos que o primeiro tinha um valor econômico maior do que o segundo, uma vez que “[...] Declarou a inventariante [meeira viúva] existir quinhentos arrobas de assucar (sic) bruto que foi avaliado a sete centos reis a arroba que importa em trezentos e cinquenta (sic) mil reis, com o que mandou o dito Juis (sic) saber. 350\$000”. Enquanto que o algodão,

<sup>6</sup>

Disponível

em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809144&pesq=aluga&pasta=ano%20188>>.

Acesso: em 12 out. 2017.

<sup>7</sup>O Solícito, 27 de setembro de 1867, microfilme rolo 1, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional-NDIHR *apud* ROCHA, 2001, p. 28).

Declarou a inventariante possuir o seo cazal trezentos e oitenta e duas arrobas de algodão em carroso, que foi avaliado a mil e trezentos reis a arroba, e mais vinte quatro arrobas recebidas do assentamentos o que importão em quinhentos vinte sete mil, e oito centos reis, com o que mandou o dito Juis saber. 827\$000. (sic)<sup>8</sup>

Em outro momento, foi declarado uma quantidade de quilos de “açúcar bruto”, mas que se fosse adicionando aos outros quinhentos e cinquenta mil réis ainda não ultrapassava o total do algodão. Vejamos:

Declarou a inventariante existir a importância de dois mil, duzentos e cinquenta kilos de assucar bruto que foi avaliado em Gorabira pertencente a safra passada no dia oito de Fevereiro corrente como consta das constas que requer sejam juntas aos centos, e que [ilegível] na quantia de noventa e nove mil e quatro centos e vinte reis, de [ilegível] os frutos, com o que mandou o dito Juis saber. 99\$420. (sic)<sup>9</sup>

Fazendo agora a soma dos valores do açúcar de Virgínio Barbosa de Lucena fica um valor de 449\$042, um valor bem menor que os arrobas de algodão trabalhado em terras pertencentes à Virgínio B. Lucena, porém é de se destacar que enquanto Virgínio Barbosa era um grande produtor de algodão, havia outros senhores que se especializaram em produzir açúcar e café e praticamente não plantava algodão. Estes produtores de açúcar tinha, inclusive, toda uma estrutura para produção: o Engenho.

No trabalho de Costa (1992), ela faz uma separação de pequenos, médios e grandes produtores da cultura do algodão. Também deixa registrado que o algodão foi cultivado pelo(a)s plantadore(a)s de cana-de-açúcar. Concomitantemente, o(a)s plantadore(a)s de algodão praticavam outras atividades agrícolas (COSTA, 1992, p. 110). Por exemplo, mesmo Virgínio Barbosa de Lucena tivesse uma dedicação a produção de algodão, no seu inventário apresentava pequenas quantidades de árvores frutíferas e de açúcar.

Em trabalho recente o historiador Daniel de Oliveira trabalhou “*As estratégias de luta pela liberdade nos últimos anos da escravidão na Vila/Cidade de Bananeiras-PB (1871-1888)*” com alguns inventários *post-mortem*. Descrevendo que a prática algodoeira foi incentivada em Bananeiras. Assim, encontramos trechos no trabalho

<sup>8</sup>Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

<sup>9</sup>Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

deste autor (OLIVEIRA, 2017) que confirma a presença do cultivo do “ouro branco” através da presença de máquinas de trabalhar o algodão.

Assim, percebemos a importância da cultura do algodão, fonte de economia em Bananeiras. Desta forma, foi lançado nos inventários que havia plantação e máquinas para “desencaroçar” (sic) ou “imprensa de algodão” (sic). Sabe-se também que essas máquinas eram bens que geravam capital. Pois, como é demonstrado no inventário do senhor Major Antonio Candido Thaumaturgo, “[...] propriedade de terras agrícolas, na Data de Canabraba, com Engenho de ferro, para fabrico de açúcar (sic), casa (sic) de Engenho, alambique, casas (sic) com aviamentos de fazer farinha, dês taixos, bolandeira e motor para fabrico de algodão (sic), e uma de casas (sic) de vivenda [...] tudo isto foi avaliado pelo robusto 20:000\$000” (OLIVEIRA, 2017, p. 50).

Outro proprietário foi o senhor Nicolau Joze (sic) de Carvalho de Brito se encontra “uma imprensa de algodão, em mão (sic) estado”, ainda nesse documento deixa registrado “máquina de descarosar (sic) algodão” (OLIVEIRA, 2017, p. 56). Isto demonstra que o algodão estava presente no Brejo de Bananeiras. Portanto, Oliveira (2017) confirmam algumas informações da produção algodoeira já visualizada pela historiadora Costa (1992), quando ela transcreve alguns desses documentos e deixa em registro no seu trabalho que,

Na nossa documentação as descrições são sumariíssimas, registrando apenas denominações genéricas tais como: “uma descaroadadeira, valendo 100.000rs”; “uma imprensa de ensacar lã, valendo 20.000rs”; “uma bolandeira, valendo 100.000rs”. As designações: “uma roda de moer algodão, 20.000rs”; um engenho de moer algodão, 20.000rs”, retratam ao nosso ver maquinismo muito simples e primitivos; inferimos tal idéia a partir dos valores declarados nos inventários. O nível tecnológico era bastante primitivo. (COSTA, 1992, p. 115).

Ainda segundo Costa (1992), não era nas plantações de algodão que havia grande necessidade da mão-de-obra, mas no cultivo da cana de açúcar pela característica deste último de acompanhamento no decorrer de todo ano. Portanto,

As razões para a utilização em menor grau da força de trabalho servil na lavouras de algodão, pode ser explicada a partir de vários aspectos: 1. A preparação dos terrenos, a semeadura, as limpas e as colheitas eram mais simples do que aquelas relativas à cana. A colheita assim como o processo de descarosamento e de prensagem poderiam ser executadas até por crianças, como vimos na seção que tratamos dos cultivos e das técnicas; 2. O uso de solos não muito férteis, inclusive capoeiras, até áreas utilizadas no passado para lavouras mais exigentes, podiam ser aproveitadas para o

algodoal. Isto significa que uma parcela mais modesta da população, detentora de terras menos férteis e mais longínquas, poderia lavrá-las; 3. Uma outra vantagem, o algodão depois de colhido poderia ser estocado sem perder sua qualidade, ao contrário da cana; 4. Há ainda o fato desta lavoura aceitar outras culturas intercaladas, especialmente o milho, que também facilitava o acesso a este tipo de cultivo por camadas mais pobres, contrastando com as possibilidades da cana. Associar culturas de auto-subsistência às outras que possibilitasse uma renda monetária maior pode ter sido uma estratégia de camadas mais modestas desta população. (COSTA, 1992, p. 122).

Costa (1992) chega a um ponto fundamental: a justificativa de um número menor de cativo(a)s nas plantações de algodão. Pois essa cultura era mais prática de se trabalhar do que outras sementes que eram trabalhadas no Brejo, por exemplo, a cana de açúcar.

### **2.3. – Açúcar**

Falando ainda sobre a agricultura, não podemos deixar de destacar outra atividade agrícola que foi produzida no Brejo paraibano, destaque em Bananeiras. Teve valor econômico alto, como também muito importante para o desenvolvimento da vila/cidade de Bananeiras. Essa cultura fez com que vários “senhores agricultores” passassem a serem “senhores de engenhos”, como por exemplo: Estevão José da Rocha, o então Barão de Araruna.

Anteriormente falamos do algodão e depois de falar da cana de açúcar, iremos demonstrar a diversidade de produção agrícola que eram os solos férteis do Brejo paraibano. Assim, concordo com Oliveira (2017) quando ele afirma que:

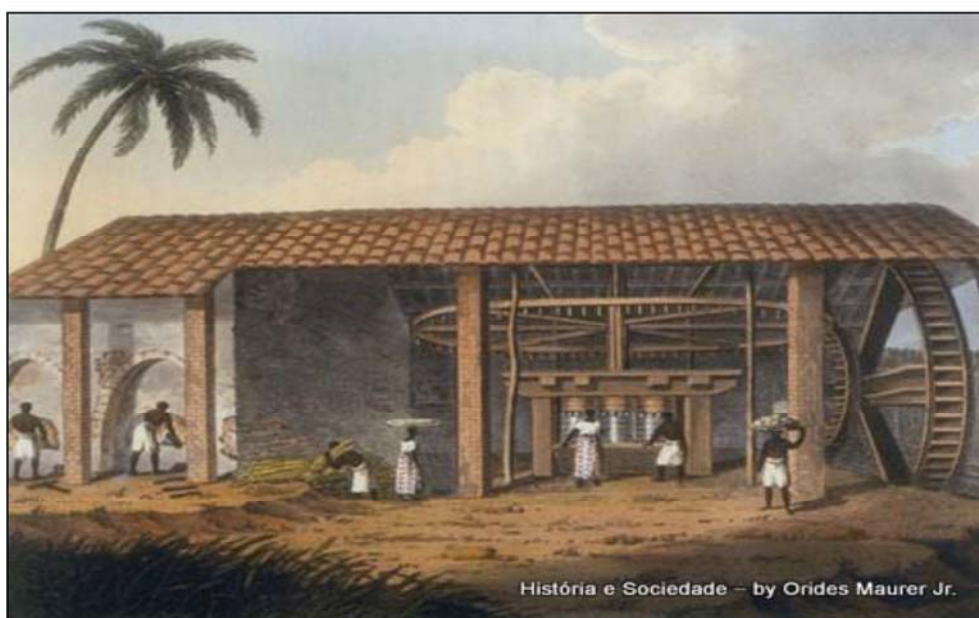
Nos últimos anos da escravidão em Bananeiras, os seus proprietários praticavam diversos tipos culturas: cana-de-açúcar, algodão, mandioca, café e pés de frutas em gerais, mas que isto também não era empecilho para que eles criassem seus animais (OLIVEIRA, 2017, p. 55).

Fica claro que não só foi semeado o algodão em terras bananeirenses. Pois, anteriormente foram sendo praticadas a pecuária e o cultivo da cana-de-açúcar, mandioca e plantas frutíferas. A historiografia tem evidenciado que ocorreu no Brejo uma plantação diversificada (GALLIZA, 1979; COSTA, 1992; SILVA, 1997; ROCHA, 2001; OLIVEIRA, 2017).

Analisando algumas obras de historiadore(a)s, pudemos refletir acerca de quais tipos de plantações foram trabalhadas em Bananeiras. Assim, foi perceptível no texto de Oliveira (2017) que o cultivo da cana-de-açúcar acarretava em um lucro

vantajoso para cidade, uma vez que a plantação dessa lavoura tinha toda uma infraestrutura no engenho, com alambique, prensa e etc. Algo que também ocorreu como algodão, com suas máquinas e galpões para trabalho da matéria prima (COSTA, 1992, p. 115).

Artista e pintor Henry Koster<sup>10</sup> em sua passagem pelo Brasil demonstrou através de suas pinturas o cotidiano nos engenhos de açúcar capitania-província de Pernambuco nas primeiras décadas do século XIX. As atividades eram executas pela população escravizada. Desse modo, pudemos observar a partir da imagem 2.0. o dia a dia no trabalho de um Engenho. A seguinte imagem evidencia tanto a presença de homens como de mulheres cativas:



**2.0. Engenho de açúcar, 1816, Henry Koster.**

Pesquisado em: <<https://historitura.wordpress.com/2013/08/19/engenho/>>.

Acesso em: 29 out. 2017.

Esta estrutura era necessária para a fabricação de produtos alimentícios derivados da cana. Desta forma, a agricultura foi um fator econômico e de geração de lucros, assim, com o início da colonização começou a montagem dos engenhos (OLIVEIRA, 2017) e, conseqüentemente, a possibilidade de lucros. Algo que

<sup>10</sup> “Filho do comerciante inglês de Liverpool, John Theodore Koster, Henry Koster nasceu em Lisboa, Portugal. Não se sabe ao certo a data do seu nascimento, mas ao chegar no Recife, no dia 7 de setembro de 1809, consta que tivesse 25 anos de idade. Considerado um dos mais importantes cronistas sobre o Nordeste brasileiro, Koster viajou para o Brasil em busca de um clima tropical para curar uma tuberculose”. GASPARD, Lúcia. Henry Koster. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?id=291%3Ahenry-koster&format=pdf&option=com\\_content](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?id=291%3Ahenry-koster&format=pdf&option=com_content)>. Acesso em: 05 out. 2017.



dificultava e encarecia o preço do açúcar era o péssimo estado das estradas da Província da Paraíba durante o século XIX. Isto é visível na afirmativa de Galliza (1979): “o açúcar do brejo, que vinha para os portos de Mamanguape ou da capital, ficava tão encarecido como os gastos para sua condução, que os lucros dos senhores de engenhos eram poucos” (GALLIZA, 1979, p.32).

A autora relata em seu texto “O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)”, as dificuldades encontradas pelos senhores de engenhos para a comercialização do açúcar. Ela retrata o preço alto dos animais, por exemplo, o cavalo que era um dos principais veículos. Esta categoria (animal) tinha preço elevado por servir como meio de transporte, possuindo agilidade superior as das mulas. Porém, a compra poderia ser dificultada pela elevação do preço e as mulas era uma alternativa como instrumento de carga dos açúcares produzidos no Brejo.

O sistema ineficiente de transporte influenciava no preço do frete e o produto chegava ao mercado onerado por um custo elevado (GALLIZA, 1979). Ou seja, o ganho do(a)s senhora(a)s de engenhos de Bananeiras estava vulnerável, pois as dificuldades do comércio eram grandes. Nem sempre na comercialização, mas pelo trajeto que esse produto tinha que percorrer. Lembrando que nesse momento a estrada de ferro ainda não havia chegado aos solos bananeirenses.

Mesmo que a região não contasse com um sistema ineficiente, percebemos com a abertura do inventário do Barão de Araruna, uma importância significativa na comercialização dessa cultura. No documento de arrolamentos dos bens, encontramos alguns pertences do Barão concernente à fabricação do açúcar. Esse patrimônio teve valorização, como podemos visualizar:

Declarou o inventariante haver ficado uma propriedade de terras com Engenho de ferro de fabricar asucar, uma morda de cazas de vivenda, caza de engenho, e cazas onde se acha sentado o motor, e Imprença todos cobertas de telhas, que forão avaliadas em onze contos de reis, com o que mandou o dito juis saber. 11:000\$000. (sic)<sup>11</sup>

Essa cultura foi de grande importância para maior concentração de poder econômico e político para o(a)s senhora(a)s detentore(a)s de Bananeiras. Isto é comprovado com abertura do inventario post-mortem do senhor Nicolao Joze (sic)

---

<sup>11</sup>Inventários de Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2ºCartório 1841-1898), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

de Carvalho de Britto. Nele foi lançado um engenho e, além, de diversas propriedades chegando a preço significativo:

Declarou a inventariante posuir o seu cazal uma propriedade de terras agricolas neste lugar Tanques que limita se ao Nascente com a linha [ilegível]da propriedade Canabraba, ao Puente com terras de Maria du O ao Norte com terras que forão do Coronel Joose Joaquim das Neves, e ao Sul com testa com o Rio Canafistula; compreendendo na tão bem em ditas terras as suas benfeitorias a saber, uma morada de cazas de vivenda com frente de tijolo, uma каза de Engenho coberta de palha, com o respectivo machinario em bom estado, tirado por animais, каза de caldeira em mão estado, com sete taxos de ferros, estando tres quebradas, каза de destilação em mao estado, com um alambique de cobre, em mao estado, uma каза de telha com frente de tijolo dita acima do Rio Canafistula, uns eviamentos de fazer farinha, que foi avaliada em quatorze contos de reis, pelos laudos dos louvados Neves, e Veriato, com o que mandou o dito Juiz saber. 14:000\$000. (sic)<sup>12</sup>

Com a oscilação do preço e encarecimento do açúcar, pelos motivos os quais já foram frisados por nós a cima, existia a dificuldade de enfrentar a concorrência dos açúcares europeus, estes produzidos e extraídos da beterraba (COSTA, 1992, p. 52). Esta situação ficava mais difícil pelas máquinas em estado obsoleto (COSTA, 1992, p. 55). Sobre isto a autora diz:

Pelas características das descrições, pode-se afirmar que os engenhos da região de Bananeiras não possuíam o nível de aperfeiçoamento quanto alguns da região mais próxima ao litoral da Mata Sul da província de Pernambuco. Inúmeros engenhos localizados nesta pesquisa soam mais parecidos com aqueles produtores de rapadura e aguardente (COSTA, 1992, p. 57).

Estas são as dificuldades mostradas por Costa (1992) e já comentado por Galliza (1979). Tudo isto iria refletir no preço final do açúcar.

Conseguimos observar no texto de Oliveira (2017) que ele fez um levantamento de 44 inventários. Dentro deste arcabouço documental foi visível que o(a)s senhore(a)s possuidore(a)s de grandes fortunas, grandes propriedades de terras, estava voltado ao da cana-de-açúcar matéria prima essencial para a fabricação do açúcar nos engenhos de Bananeiras. Um destes senhores foi Estevão José da Rocha, o Barão de Araruna. Vejamos um trecho do inventário parafraseado por Oliveira (2017) e que diz o seguinte:

---

<sup>12</sup>Inventários de Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

Esta é uma característica de Estevão José da Rocha, ou melhor, da forma como ficou mais conhecido: o Barão de Araruna. Em 1874, o Barão faleceu deixando muitos bens para os seus herdeiros. O total de seu patrimônio chegou 28:192\$960. Dentre toda a sua fortuna fazia parte além de prata, moveis, cavalos, gados, 13 escravizados que somavam um valor de 7:300\$000 e outros bens. Sobre a produção de açúcar foi declarado no inventário “haver ficado uma propriedade de terras com Engenho de ferro de fabricar asucar, uma morada de cazas de vivenda, caza de engenho, e caza onde se acha sentado o motor, e Imprença toda coberta de telhas [...]” tudo avaliado em 11:000\$000. Além das terras em Capivara com “dois curraes”, em Casimba de Dentro e “uma sorte de terras de criar no lugar Quistuvirá”. Pelo inventário percebemos que o Barão de Araruna empregava as suas terras para criar e plantar cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 2017, p. 55).

É notório e perceptível que mesmo com as dificuldades encontradas para ser comercializado o açúcar continuava como uma fonte de acumulação de capital por parte do Barão de Araruna.

É sabido que o primeiro engenho aqui na Paraíba foi fundado no ano de 1586 em terras banhadas pelo rio Tibiri (COSTA, 1992, pp. 51-52), onde com o passar dos anos foram aumentando o número de engenhos. No final do século XVII havia um total de quarenta. Nos séculos posteriores, XVIII e XIX, os números de estabelecimentos para a produção de açúcar aumentou significativamente (COSTA, 1992). Vejamos abaixo a Quadro1 denotativo do(a)s senhore(a)s de engenho de Bananeiras durante o século XIX.

**Quadro1 – Os onze primeiros Engenhos de açúcar em Bananeiras datado em 1852.**

<b>Engenhos</b>	<b>Proprietários</b>
Canafístula II	João de Andrade Freitas Cupaóba
Caiós	José Joaquim das Neves
Farias	José Ferreira da Rocha
Goiamunduba	Leonardo Bezerra Cavalcanti
Gamelas	Cândida Eufrasina das Neves
Pau d’Arco	Joaquim do Rego Toscano
Poções	Joaquim J. Ferreira da Cunha
Santo Antonio I	Cipriano Antonio de Miranda
Santo Antonio II	Vicente Ferreira Cavalcanti
São José	Firmino de Bastos Fernandes
Tanques	Nicolau José de Carvalho
FONTE: SILVA, Manoel Luiz da. <b>Bananeiras:</b> sua história, seus valores. Bananeiras, 1997, p. 196.	

A historiadora Dora Isabel Paiva da Costa informa que “os lavradores de cana da região de Bananeiras se constituíram em um grupo muito pequeno se os

compararmos aos congêneres de outras localidades, como por exemplo, os da Bahia colonial ou mesmo, os de Pernambuco durante o século XIX”. (COSTA, 1992, p. 107). Mesmo que não tenha como comparar, porém não podemos diminuir a importância econômica da cana-de-açúcar e, principalmente, a presença das mulheres e homens que foram escravizados no Brejo, em Bananeiras.

Vejamos na imagem abaixo do Engenho Goiamunduba município de Bananeiras.



**3.0. Engenho Goiamunduba em Bananeiras-PB.**

Disponível em: <<http://franciscoguiacm.blogspot.com.br/2013/04/municipio-de-bananeiras-paraiba.html> |>. Acesso em: 29 out. 2017.

Temos outra imagem que nos remete ao trabalho manual dentro dos engenhos de açúcar, sendo em Bananeiras-PB, ou em quaisquer outras cidades e vilas que a população escravizada experimentou o “amargo” da produção açucareira. Como observaremos adiante, é no trabalho ligado à agricultura que era mais duro e que ocasionava em um gasto físico intenso por parte do(a) cativo(a).

## **2.4 – Mandioca, café e a pecuária.**

Diversas lavouras foram plantadas e as quais tinham objetivo de conseguir capital, principalmente a cana-de-açúcar, mandioca, algodão e o café. Falamos anteriormente sobre o algodão e cana-de-açúcar, porém havia outras práticas de

plântio ou formas de rentabilidade econômica como a mandioca, o café e a pecuária (COSTA, 1992).

Manuel Correia de Andrade em seu clássico “A TERRA E O HOMEM DO NORDESTE”, afirma que os solos da mandiocas, feijão e frutas nunca disputavam terras com a cana. Estas culturas só eram plantadas em áreas em que à cana não interessava: “Eram pequenas lavouras feitas por escravos e moradores para auto-abastecimento e venda da sobra, e por senhores de engenho e lavradores, às vezes, para o consumo de suas famílias e dependentes” (ANDRADE, 1980, *apud*, COSTA, 1992, p. 156).

Mesmo que a mandioca não trouxesse a mesma rentabilidade que a cana-de-açúcar isto não significa que ela não fosse fonte para obtenção financeira. Foi demonstrado por Oliveira (2017) que vários senhores deixaram para seus (suas) herdeiro(a)s registrados em seus respectivos inventários bens que evidencia a produção e utilização da mandioca: “cazas (sic) com aviamentos de fazer farinhas” (OLIVEIRA, 2017) e isto também foi percebido pela historiadora Dora Isabel da Costa (1992).<sup>13</sup> Assim, entende-se que a mandioca teve sua importância como produto de faturamento econômico, uma vez que para a fabricação da farinha era necessário um lugar utilizando aviamentos para trabalhar a mandioca. O processo da colheita e transformação da mandioca denominava-se no Nordeste de desmanche ou farinhada. “A casa de farinha é um vasto telheiro sustido por colunas de madeiras ou alvenaria” (COSTA, 1992, p. 159). Vejamos a imagem abaixo de uma casa de farinha em Bananeiras-PB na atualidade:

---

<sup>13</sup> COSTA, Dora Isabel Paiva da. Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: Um Estudo sobre Bananeiras, 1830-1888. 1992. **Dissertação** (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas.



**4.0.** Casa de farinha em Bananeiras na atualidade.

Imagem retirada da internet. Disponível: <<https://www.panoramio.com/photo/7468415>>. Acesso em: 29 out. 2017. Foto de Wellington Rocha Bezerra

Não podemos deixar de tecer alguns comentários sobre o café, pois esta agricultura rendeu a Bananeiras diversas construções suntuosas e várias cifras de contos de réis. O café chegou a Bananeiras vindo de Mamanguape ainda no século XVIII.

Mas veio um dia, um sujeito chamado Tomé Barbosa e plantou aqui um dos pés de café. Os exemplares eram trazidos de Mamanguape, onde se ensaiava um cultivo de experiência desde fins ou meados do século XVIII. No solo arroxeadado desta região alta, as mudas do Mamanguape apresentaram o viço e, talvez de 1840 em diante, passaram a multiplicar-se como num habitat verdadeiro. (SILVA, 1997, p.27).

O cultivo do café foi trazido de Mamanguape tendo boa adaptação nos solos do Brejo, em especial em Bananeiras. Desta forma, o(a)s historiadore(a)s tratam dessa cultura como sendo uma das mais importantes para geração e acumulação de poder econômico e simbólico na vila (1833) e cidade (1879) de Bananeiras. A produção de café teve intensidade até meados da década de 1920.

Oliveira (2017) em seu estudo demonstra como esta semente foi de suma importância para manutenção do poder econômico por parte de senhore(a)s no final da escravidão. Nos três inventários que analisamos, eles fazem menção acerca da produção de café revelando a prosperidade que este grão trouxe para a região.

Tudo indica que o engenho e os aviamentos de fazer farinha eram uma parte de um todo do patrimônio de Nicolau Joze de Carvalho, pois em seu inventário existiam duas “machina de descarosar algodão”, uma em Moreno e outra em local não mencionado. Pela descrição da fortuna, havia plantações de cana-de-açúcar, algodão, mandioca e café. A respeito deste último foi declarado: “dois mil, nove centos e quarenta e um pes de cafe que foi avaliado a quinhentos reis cada pe que importão se 1:474\$800”. Além dos bens mencionados, fazia parte objetos em ouro, prata, cobre, ferro, móveis, escravos etc.

A plantação de café não era apenas uma realidade do proprietário Nicolau Joze de Carvalho de Brito (Capitão da Guarda Nacional em Bananeiras), mas de outros proprietários. Temos alguns casos de agricultores que dedicaram-se a plantação de café. Este é o exemplo de Jose Gomes dos Santos o qual plantava além de pés de frutas de laranjeiras e mamões, seus cafezais. Outros exemplos são Rozaria Maria da Conceição, que tinha “mil quatro centos e vinte quatro pes de cafeeiros, nesta so ter Alagoa do Mathias”, Bernarda Candida de Aguiar com “quinhentos pez de cafeeiros novos”, Dionízio Duarte dos Santos era dono de “trezentos pes de cafeeiros, no lugar Olho D’Agua”, Francisco Rodrigues das Neves “tinha dés alqueires de café em casca [...]”(OLIVEIRA, 2017, pp. 56-57).

Estes trechos demonstram o que estamos percebendo: a importância que foi o café em Bananeiras entre 1870 até 1920.

[...] deu inicio ao desenvolvimento econômico da cidade de Bananeiras. Terras férteis e próprias para o cultivo da rubiácea, logo garantiram prosperidade ao plantio de Bananeiras, abrindo espaço, para as fazendas com suas casas grande e seus terreiros de ladrilhos feito pátios de secagem, que ainda hoje, testemunham uma época que se pretende, agora, ver restaurada. Bananeiras conheceu, com o café, a implantação de uma aristocracia rural, que já se iniciara com a cana e povoou os campos e a “uber”. (SILVA, 1997, p. 61).

Dentro do inventario de Nicolao Joze (sic) de Carvalho Britto há uma grande valorização do plantio da cultura do café, pois a viúva meeira deixa registrado e declarado que o seu finado esposo possuía “dois mil, nove centos e quarenta e nove pes de café, neste lugar, que foi avaliado a quinhentos reis cada pé que importão (sic) em um conto quatro centos setenta e quatro mil e quinhentos, com o que mandou o dito Juiz saber. 1:474\$500”<sup>14</sup>. Isto dá para demonstrar o valor econômico ocasionado pelo café em terras do Brejo, mais precisamente em Bananeiras-PB.

Sobre a produção de mandioca Andrade (1980) foi citado no trabalho de Costa (1992), onde ele trata que só era cultivado a mandioca em solos onde não tinha “interesse” de plantar a cana. Mas nessa citação podemos compreender e ver quais classes sociais que trabalhava em número maior essa cultura, “os escravos e os moradores para consumo”, ou seja, entende-se que esses moradores eram de

<sup>14</sup>Inventário de Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907), arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

uma classe de pobreza, pois também nos diz “o resto servia para ser vendido”. Quando os “senhores de engenho fazia essa plantação só era para o consumo de sua família” (ANDRADE, 1980, *apud*, COSTA, 1992, p. 156).

Como já foi trabalhado por nós na primeira parte desse trabalho, onde Silva (1997), Silva (2007) e Medeiros (2009) deixam registrados que as terras do Brejo foram doadas a pedido de uma necessidade do aumento de terras para “criações de gado *vacum*”, de início, com os desbravadores Domingos Vieira e Zacarias Melo, portugueses moradores de Mamanguape-PB.

Porém, a criação desses animais em Bananeiras não simplesmente remete a colonização das terras do Brejo. Analisando os três inventários que são amostra para a nossa pesquisa, observamos que todos esses senhores tinham grande quantidade de gado “*vacum*” e “*cavalar*”. Ocasionalmente em bons valores na abertura dos inventários.

Dessa forma entendemos que a princípio esse foi o motivo primordial das terras de Bananeiras-PB serem colonizadas. Mas, com a formação e criação dos engenhos esses animais eram utilizados de forma de instrumentos, para fazerem os maquinários funcionarem, ou seja, foram complementos de “engrenagens” maiores chamadas Engenho, produção de farinha e plantio de café. Portanto, [...], algumas unidades possuíam mais de 100 cabeças de gado bovino, dado que caracteriza uma pequena pecuária comercial, já que, um engenho grande movido a animais exigia no máximo 3 dezenas de cabeças (COSTA, 1992, p. 167).

Ou seja, a criação de gado teve sua importância no Brejo paraibano. Seja como forma de alimentação, como fazendo parte da força produtiva dentro dos engenhos, nas casas de farinhas ou no cultivo do café. Além disso, servia transporte, pois eram os bois que juntamente com os cavalos que faziam a locomoção das canas e do(a)s senhora(a)s e produtos até as vilas, cidades e aos portos para ser comercializado.



### 3 – PRESENÇA E PERFIL DA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DE BANANEIRAS NO FINAL DA ESCRAVIDÃO.

A história da colonização da Paraíba é parte da história Brasil. Portanto, houve a necessidade de braços de pessoas que foram escravizadas para as atividades agrícolas do Brejo de Bananeiras. Desse modo, detalhamos quais foram às culturas cultivadas no Brejo da Paraíba. Assim, partiremos para analisar a presença da população escravizada em Bananeiras. Não como objeto, que nunca foi, mas como seres humanos que contribuíram de alguma forma para o enriquecimento deste lugar. O que devemos ressaltar, além das resistências da população escravizada de Bananeiras, foi a resistência da comunidade indígena.

Porém, essa história [a história indígena], feita de conflitos e negociações entre colonizadores e colonizados, prosseguiu pelos anos seguintes, é verdade que em novos patamares. No confronto com os colonizadores, milhares de índios do litoral morreram vítimas de guerras, doenças, escravização etc. Os que conseguiram escapar tiveram destinos distintos: uma parte se deslocou para pontos mais afastados do litoral e outra migrou para as vizinhas capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará, ainda em processo de ocupação e conquista, onde prosseguiram resistindo. Por opção ou imposição das circunstâncias históricas, após terem a maior parte de suas terras expropriadas pelos colonos e pelo Estado, eles foram confinados em aldeamentos administrados pelos jesuítas e outras ordens religiosas até meados do século XVIII, e posteriormente em diretórios dirigidos por chefes tribais ou representantes leigos indicados pelo Estado. Estas circunscrições possibilitaram o aparecimento futuro de povoados, vilas e cidades (LIMA, 2009, p. 70).

De início houve a investida de escravizar “os negros da terra”, como chama atenção Lima (2009), porém a resistência da população indígena e o contanto com as doenças de origem europeia acarretaram, em parte, na dizimação da gente nativa ou quando se não, a população indígena foi resistindo afastando-se para o interior das capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará (LIMA, 2009, p. 70). Todavia, é de se acrescentar a forma aguerrida das comunidades indígenas. Galliza (1979) comenta sobre a presença da população indígena no Sertão, principalmente, o trabalho com o gado. Sobre isto a autora diz: “Embora nas primitivas fazendas sertanejas tenha ocorrido a utilização da mão-de-obra índia ou mameluca, devido a sua predominância na região e ao nomadismo típico do pastoreio, tão adequado à índole indígena [...]” (GALLIZA, 1979, p. 24).

Como afirma Galliza (1979) sobre o Sertão, pelo menos de início, houve o predomínio do trabalho indígena. Porém, há de se destacar que isto não se deve a

uma desejada “índole” em virtude do “nomadismo” da população indígena, mas, talvez, a sua grande quantidade em comparação a população negra escravizada no sertão. Se isto fosse bem verdade, esta ideia deseja de boa “índole”, porque nos séculos seguintes esta “índole” desapareceu cedendo lugar para população negra escravizada? Portanto, isto é um equívoco por parte de Galliza (1979).

Diante da necessidade de mão de obra para o trabalho e do extermínio-fuga da população nativa, foi necessário a inserção de seres humanos submetidos a condição de cativos. Assim, as principais culturas estabelecidas na vila e, em seguida, cidade de Bananeiras foram: cana-de-açúcar, algodão, mandioca, frutas e café.

Bananeiras destacou-se pelo seu plantio diversificado, produzindo plantação de mandioca, algodão, cana-de-açúcar e criatório ou, dependendo do tamanho da propriedade, poderia acontecer ambas ao mesmo tempo. Assim, utilizando braços cativos, mesmo que em pequena quantidade, os proprietários de Bananeiras cultivavam as culturas agrícolas (OLIVEIRA, 2017, p. 45).

Concordo com o historiador Oliveira (2017) sobre a diversidade campos produtivos que eram as propriedades em Bananeiras-PB. Paralelamente o referido autor nos ajuda a entender como os cativos ofereciam uma condição material, de riquezas e de valores, ao seu dono, pois nos inventários os quais analisamos<sup>15</sup>, foi perceptível o peso que os cativos tinham dentro do cabedal deixado pelo defunto ou defunta. Esta nossa afirmação já tinha sido constatado por Silva (1997) quando ele diz, “na época do inventário, Bernardo foi avaliado em trezentos mil réis, muito dinheiro naquele tempo” (1997, p. 82).

### **3.1 – Reconstituindo o perfil da população escravizada**

Conseguimos analisar três inventários *post-mortem*. Dos finados Nicolao José de Carvalho Britto, Estevão José da Rocha (Barão de Araruna) e de Virgínio Barbosa de Lucena. Onde observamos a quantidade do(a)s cativo(a)s em suas terras, como também suas profissões dentro das propriedades. Escolhemos três inventários para analisar, esses foram de grande importância estes três documentos para entendermos, partir do micro o macro, a função e características do(a)

---

<sup>15</sup>Quero agradecer ao historiador Daniel de Oliveira por ter cedido alguns inventários, tanto digitalizados quanto transcritos. Isto facilitou, bastante, em minha pesquisa.

escravizado(a)s no mundo do trabalho em Bananeiras-PB no final da Escravidão no Brejo da Paraíba.

Detectamos uma diferença de quantitativa de escravo(a)s registrado(a)s nas listas de matrículas. Listas estas que foram alçadas nos inventários *post-mortem*. Foi possível notar algumas diferenças entre as listas de matrículas. Como por exemplo, na lista de matrícula de Virgínio de Barbosa de Lucena, tinha registrado 17 cativo(a)s, já em seu inventário tinha registro de três escravo(a)s. Sendo Miguel de idade de vinte nove anos, o escravo João de idade de dezessete anos e Constância, sendo uma diferença de 14 escravizados. Enquanto o inventário de Nicolao (sic) José de Carvalho Britto tem duas listas de matrículas, somando as duas fica em torno de 21 escravo(a)s. Porém quando foi aberto o seu inventário foi constatado apenas 9 cativo(a)s que percentualmente foi o que de alguma forma mais se desfez de sua mão de obra.

O último inventário que analisamos é de Estevão José da Rocha (Barão de Araruna), diferentemente dos outros dois, nesse inventario foi declarado(a) 13 escravo(a)s, onde foram matriculado(a)s 12 cativo(a)s. Ou seja, no inventario do Barão houve um aumento de um(a) escravo(a) diferentemente dos dois anteriores. Na lista de matrícula tinham o(a)s escravo(a)s Manoel de 40 anos, preto, viúvo e natural do Rio Grande do Norte (os demais são todos naturais da Paraíba), José de 36 anos e cor parda, João de 52 anos, Francelino de 19 anos, Luiz de 13 anos, José de 16 anos, Galdino de 5 anos, Rodrigo de 2 anos, José de 10 anos, Bernarda de 52 anos, Maria de 30 anos e Maria de 24 anos. Sendo esses todos de boa aptidão ao trabalho. Já no inventario falta a escrava Bernarda, tem o aumento dos escravos Teogênio e Feliciano.

Sobre o escravizado João, escravizado do Barão de Araruna, chamou-nos a atenção o fato dele ser casado com uma mulher livre:

Declarou o inventariante haver ficado um escravo de nome João Gorgulho casado com mulher livre, de idade de cincoenta e quatro annos, cor parda matriculado na Collectoria de rendas gerais deste Municipio no dia quatro de setembro de mil oito centos e setenta e dois sob a ordem numero seis centos e setenta e dois sob a ordem numero e desceis da matricula, ennumero trez da relação que foi avaliado em quinhentos mil reis, com o que mandou o dito juis saber. (sic)<sup>16</sup>

<sup>16</sup>Ver inventários de Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2ºCartório 1841-1898), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

Como bem sabemos há uma diferença entre escravizado(a), liberto(a) e livre. O primeiro diz respeito das pessoas que vivenciaram a escravidão e nenhum momento conseguiu a liberdade jurídica. O segundo conceito nos diz que a pessoa liberta seria alguém que já soube as agruras do cativo, porém juridicamente estava vivenciando a liberdade. E, por fim, a pessoa livre nunca tinha experimentado os horrores da escravidão em sua condição jurídica. Dessa maneira, a esposa do cativo João nunca sentiu o gosto amargo em sua legalidade, apesar de viver e degustar em seu mundo social.

É de suma importância a análise desses documentos, pois conseguimos observar o quanto era valioso o(a)s escravo(a)s. Comparando esses com os produtos obtidos através das culturas plantadas em solos bananeirenses, vimos uma grande diferença de valores. No inventário do senhor Estevão José da Rocha (Barão de Araruna) podemos ver em sua lista de matrículas o escravo de nome Joze (sic) Bernardo, onde esse valia 1:000\$000. Agora vamos comparar com a cultura dentro desses três inventários foi a plantação de café de Nicolao Joze (sic) de Carvalho Britto, onde esse deixa registrado que tinha 2.949 pés de café, avaliado cada pé em quinhentos reis, onde fica um total de 1:474\$500, assim conseguimos a importância pecuniária de um escravo. Portanto, um único escravizado valia quase todo o montante da produção de café.

Desta forma, nos três inventários<sup>17</sup> conseguimos catalogar um montante de 50 escravo(a)s. Eles estavam distribuídos em diversos locais “no mundo do trabalho” da escravidão, principalmente, na agricultura (cana-de-açúcar, mandioca, café), vaqueiro (criatório), carreiro, trabalhos domésticos. Além destas ocupações, notamos que alguns não apresentavam características no quesito: trabalho. Oliveira (2017) aponta que nas Listas de Matrículas<sup>18</sup> o(a)s cativo(a)s que não apresentavam esta função eram, normalmente, crianças.

---

<sup>17</sup> **Inventário** é o processo pelo qual se faz um levantamento de todos os bens de determinada pessoa após sua morte. Através deste são avaliados, enumerados e divididos os bens deste para os seus sucessores.

<sup>18</sup> **Lista de Matrícula** foi um mecanismo organizado dentro da Lei fundada em 28 de setembro de 1871, conhecida como “Lei do Ventre”. Os atributos desta Lei foi múltipla, pois no contexto de 1870, mas por momento podemos elucidar como um meio estatística, com esse documento conseguiu regular escravo como “propriedade”.

Dentre os três inventários arrolados por nós conseguimos observar que a grande parte desses cativos eram do sexo masculino. Como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 02: Divisão por sexo presente em três inventários**

Sexo	Quantidade	Porcentagem
Masculino	37	74 %
Feminino	13	26 %
Total	50	100 %

Fonte: Inventários de Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2º Cartório 1841-1898), Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907) e Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

A grande diferença de sexo pode ser explicada em virtude do reduzido usos de documentos. Sabemos que trabalhar com amostras, podemos não chegar a realidade de fato, pois cruzando com a historiografia percebemos que há diferença. Solange Pereira da Rocha pesquisando nas Listas nominativa de classificação de escravos da vila de Bananeiras, catalogou um total de 706 escravizado(a)s, dos quais deste total 381 ou 53,97% eram mulheres e 325 ou 46,03% composto de homens (ROCHA, 2001, p. 34). O Censo Demográfico de 1872 demonstra resultado distinto da nossa. A população tinha um montante de 639 pessoas escravizadas. Deste todo, 299 ou 46,79% era composta de mulheres e 340 ou 53,21 por homens (CENSO DE 1872). Por fim, Oliveira (2017) trabalhou com um universo de 254 cativo(a)s, destes 132 ou 51,97% era de mulheres e 122 ou 48,03% de homens (OLIVEIRA, 2017, p. 63). Diante disto, a existência de resultado não anula a nossa pesquisa, mas pelo contrário, evidencia apenas que cuidado metodologicamente precisa ser sempre exercitado.

Outra justifica para que houvesse predomínio dos homens do que as mulheres, com esta diferença extensiva, deve ser justificado em virtude de que estes senhores trabalhavam com atividades agrícolas que exigia uma quantidade significativa de homens, principalmente, em idade produtiva como iremos visualizar mais adiante.

**Quadro 03: Separação da população escravizada de Bananeiras por faixa etária em três inventários**

Faixa Etária	Quantidades	Porcentagem
0-14	11	22 %
15-50	35	70 %
Acima de 51	04	08 %
Total	50	100 %

Fonte: Inventários de Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2º Cartório 1841-1898), Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907) e Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

Notamos que a maior parte da população catalogada por nós está no momento propício para produção, pois 70 % ou 35 são classificados tendo uma idade entre quinze a cinquenta anos de idade. Isto evidencia que a ideia que tráfico interprovincial tinha deixado o(a)s velho(a)s não se aplica para o caso de Bananeiras. Comparando com o trabalho recentemente defendido pelo historiador Daniel de Oliveira, chegamos a dados parecidos. O citado autor obteve os seguintes resultados: de 15-50 anos 57,48 %, 0-14 anos 38,58 % e acima de 51 anos 3,94 %. Assim, os três inventários eleitos por nós para esta pesquisa é uma amostra que reafirma estudos anteriores. As crianças tinham 22 % ou 11 cativo(a)s e os idoso(a)s 8 % ou em torno de 4.

**Quadro 04: Quadro de faixa etária e divisão de profissão, dentro dos três Inventários post-mortem**

Faixa Etária	Carreiro		Agricultor		Serviços Domésticos		Vaqueiro		Sem definição		Total	
	Q <sup>19</sup>	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
0-14	00	0,0	03	6,0	04	8,0	00	0,0	04	8,0	11	22
15-50	01	2,0	28	56,0	06	12,0	00	0,0	00	0,0	35	70
Acima de 51	00	0,0	02	4,0	01	2,0	01	2,0	00	0,0	05	08
Total	01	2,0	33	66,0	11	22,0	01	2,0	04	8,0	50	100

Fonte: Inventários de Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2º Cartório 1841-1898), Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907) e Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

<sup>19</sup> O "Q" representa "quantidade".

Através do Quadro 4, conseguimos perceber que o número maior de escravos estavam direcionados aos trabalhos agrícolas de Bananeiras com 33 ou 66,0 %, sendo uma prática vista desde o início da colonização e aperfeiçoada no decorrer do tempo. Portanto, a grande maioria, ou seja, mais da metade da população cativa estava ligada ao mundo do trabalho agrícola. Foram classificados como trabalhadore(a)s agrícolas o(a)s seguintes escravizado(a)s, além do(a)s demais: João, pardo, trinta anos, solteiro, filho de Antonio (sic) e Luiza, natural da Paraíba, aptidão para o trabalho boa e profissão agricultura (Nicolau); José, pardo, trinta e seis anos, solteiro, filho de Ana, natural da Paraíba, aptidão para o trabalho boa e considerado agricultor; e, Antonia (sic), parda, vinte e sete anos, solteira, filha de Januária, natural da Paraíba e considerada agricultora.<sup>20</sup> Pudemos constatar, que não era com qualquer idade que o(a) cativo iria trabalhar na agricultura, pois não foi constado por nós nenhum escravizado menor de treze anos. O(A) cativo(a) mais jovem foi Luis, pardo, idade de treze anos, solteiro, filho de Josefa, natural da Paraíba, aptidão boa e agricultor.

Em seguida, tem-se o(a)s trabalhadore(a)s voltado(a)s para as atividades domésticas. O percentual dele(a)s foi de 11 escravizado(a)s ou 22,0 % da população escravizada. Isto evidencia que uma parte do(a)s cativo(a)s estavam envolvido(a)s com os deveres de casa: fazer comida, varrer a casa e o terreiro, arrumar os cômodos, colocar água e lenha. Tudo isto demonstra um apanhando dos afazeres que o(a)s escravo(a)s exerciam. Trabalham nas atividades domésticas o(a)s seguintes escravizado(a)s: Marcolina (sic), cor preta, idade de trinta anos, solteira, filha de Luis e Josefa, natural da Paraíba, aptidão boa e profissão doméstica; e, José, cor preta, dez anos, filho de Manoel e Josefa, natural da Paraíba, aptidão para o trabalho boa e profissão “somente doméstico”. Os exemplos de Marcolina (sic) e de José evidenciam que nas atividades domésticas prevaleciam mulheres e crianças em virtude de ser uma atividade que exige menos esforço do que os ramos de trabalho do campo.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Respectivamente, ver os inventários de: Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907) Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889) e os dois últimos pertenciam ao Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2º Cartório 1841-1898), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

<sup>21</sup> Ver os inventários de: Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907) e Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889) e Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.

Por fim, temos as funções de carreiro (1 ou 2,0%), vaqueiro (1 ou 2,0%) e “sem definição” (4 ou 8,0%). Estes que são “sem definição” normalmente são crianças em tenra idade que normalmente não pode ser classificado em virtude de não conseguir exercer uma atividade ou consegue praticar múltiplas atividades, porém leves e que não demorem muito. Os irmãos Galdino, cor parda, cinco anos, filho de Manoel e Josefa, natural da Paraíba; e, Rodrigo, cor parda, dois anos, filho de Manoel e Josefa, natural da Paraíba, foram descritos sem nenhum tipo de ocupação em virtude de sua idade. Francisco, cor preta, **treze meses**, filho de Marcolina (sic) foi descrito sem profissão. Tanto a profissão de carreiro e vaqueiro são especialização. É o aprimoramento do cargo. Walter Fraga diz que este grupo estava “no serviço da lavoura, [portanto,] os carreiros constituíam outro importante grupo. Eram os responsáveis pelo transporte da cana para o engenho, abastecimento de lenha das fornalhas e dos fogões da casa-grande e, eventualmente, transporte de gêneros da cidade para o engenho ou vice-versa” (FRAGA, 2014 [2006], p. 262 *idem* OLIVEIRA, 2017, p. 77). Por fim, foram descritos como carreiro Manoel, cor preta, quarenta anos, viúvo, filho de Maria, natural da província do Rio Grande do Norte, aptidão para o trabalho carreiro; e, vaqueiro, João, cor parda, cinquenta e dois anos, **casado com mulher livre**, aptidão para o trabalho boa e profissão vaqueiro.<sup>22</sup> Sobre a ocupação de vaqueiro, Lima (2009) afirma que:

Na hierarquia vigente no universo do trabalho escravo, o ser vaqueiro parecia ser uma aspiração de muitos, embora alcançada por poucos. Além dos ganhos materiais óbvios, através da possibilidade de formação de um pecúlio proveniente do sistema de quarta, esta atividade também trazia outras importantes vantagens para os trabalhadores escravos, como uma maior liberdade de movimentação (LIMA, 2009, 245).

A função de vaqueiro aglutinavam algumas características inerentes a esta profissão, como bem ressaltou Lima (2009). Paralelamente, esta ocupação oferecia diversas vantagens, por exemplo, maior mobilidade dentro das propriedades e como social. Oliveira (2017) pesquisando ações cíveis de liberdade trabalhou com a trajetória do escravizado Joaquim “querendo tratar de sua liberdade [...]” e que “tendo o pecúlio suficiente para o justo preço da sua liberdade”. Oliveira (2017) não

<sup>22</sup> Ver inventários de Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2º Cartório 1841-1898), Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907) e Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889), Arquivo do Depósito Judicial do Fórum Desembargador Estanislau Pessoa de Vasconcelos de Bananeiras-PB.



diz se de fato era vaqueiro, porém pelo pecúlio constituído há possibilidade dele ser vaqueiro ou em momentos vagos exercer esta profissão. O total pago pela sua liberdade foi de setecentos mil réis da seguinte forma: duas vacas paridas, duas vacas amojadas, três “novilhotes” (sic), três garrotes, uma égua solteira, uma égua com um potro, um “novilhote” (sic) de seis arrobas e mais a quantia em dinheiro de treze mil réis (AÇÃO DE LIBERDADE DO ESCRAVIZADO JOAQUIM, 1880, *apud* OLIVEIRA, 2017, pp. 126-129).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar em nosso Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, as riquezas nos finais anos da escravidão em Bananeiras-PB. Sempre mostrando através da historiografia a importância da economia produzida nos últimos anos da escravidão. Demonstramos, também, a sua desenvoltura como vila (1833) e o seu ápice, agora como cidade (1879). Mesmo que não tendo uma mesma quantidade de fontes em comparação aos objetos de pesquisa de temporalidade recente, porém foi possível pesquisar sobre a população negra escravizada. Portanto, através de nossas leituras e pesquisas conseguimos reconstituir a presença, pelo menos uma amostra, da presença de mulheres e homens que foram escravizados em Bananeiras.

Na primeira parte do texto trouxemos processo histórico da colonização de Bananeiras-PB, evidenciando as suas características. Trabalhamos com os textos de Galliza (1979), Costa (1992), Silva (1997; 2007), Rocha (2001), Medeiros (2009) e Oliveira (2017) para ressaltar todo este cenário da formação de Bananeiras-PB e a presença da população escravizada. Em seguida, no segundo capítulo, discutimos a economia em Bananeiras no final da escravidão. Percebemos e conseguimos detectar que a agricultura foi um fator econômico importante na conjuntura para consolidação da colonização. Assim, sendo cultivadas culturas como algodão, cana-de-açúcar, café e mandioca. Essas culturas propiciaram a formulação de engenhos, casas de farinhas, casas de descarregar algodão e “impresa (sic) lã” e etc. Destacamos a preponderância da pecuária para fixação no lugar, mas como rendimento financeiro. Isto pode ser representado pela avaliação importante que os cavalos tinham em virtude ser um instrumento de locomoção no período.

Na última parte deste trabalho falamos acerca da escravidão em Bananeiras-PB. Foi visualizado que em nossa pesquisa que a maioria do(s) escravizado(a)s eram composto por homens em detrimento das mulheres. Todavia, a de se destacar que este resultado ocorreu em virtude da amostra eleita por nós. Porém, a historiografia vem apontando que no final da escravidão havia, mesmo que pouca, uma diferença do número de mulheres a mais do que a de homens. Esta diferença de resultado deve ser justificada em virtude das relações econômicas estabelecidas pelos três inventariados. Assim, como os três trabalhavam com atividades

econômicas que exigiam maior esforço se fazia necessário a prevalência de homens do que de mulheres.

Neste terceiro capítulo foi constatado a superioridade de jovens (entre 15 a 50 anos de idade) em detrimento das crianças (entre 0 a 14 anos de idade) e velhos (51 anos de idade em diante). O número de crianças foi de 11 ou 22 %, jovens 35 ou 70 % e velho(a)s 4 ou 8 %. Isto demonstra a plena capacidade da força de trabalho da população escravizada de Bananeiras-PB. O considerável número de crianças ressalta a formação “legítima” ou “natural” que estavam pautadas a formação da família escrava. Ao mesmo tempo, evidencia futuros trabalhadores, se por ventura, a escravidão tivesse perpetuado até o século XX. O número de idoso(a) foi de 4 ou 8 %. O baixo número de pessoas idosas reforça a ideia do trabalho forçado que sugava e fazia a morte prematura da população cativa.

Sobre as profissões é visível o papel que Bananeiras exercia na produção agrícola na Província da Paraíba e no Brasil. O(A)s escravizado(a)s estavam ocupados principalmente no campo, na labuta da cana-de-açúcar, algodão ou de mandioca. Principalmente, a cana-de-açúcar exigia um contingente expressivo de escravizado(a)s e por isto justificando seu alto índice. Em segundo lugar a população escravizada estava alojada nos afazeres domésticos: fazer comida, arrumar a casa, varrer o terreiro, lavar e passar roupa, colocar água e lenha para os depósitos da casa e etc. Ficaram em últimos os “sem definição”, carreiro e vaqueiro. Portanto, este trabalho contribui com a construção de novos estudos e pesquisas sobre a escravidão e economia na Paraíba no final do século XIX.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Jornal

O LIBERAL PARAHYBANO, 1879-1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809144&pesq=aluga&pa sta=ano%20188>>. Acesso em: 12 out. 2017.

### Internet

Engenho de açúcar, 1816, Henry Koster. Disponível em: <<https://historitura.wordpress.com/2013/08/19/engenho/>>. Pesquisado em: 29 out. 2017.

Engenho Goiamunduba em Bananeiras-PB. Disponível em: <<http://franciscoguiacm.blogspot.com.br/2013/04/municipio-de-bananeiras-paraiba.html> |>. Acesso em: 29 out. 2017.

Casa de farinha em Bananeiras na atualidade. Imagem retirada da internet. Disponível: <<https://www.panoramio.com/photo/7468415>>. Acesso em: 29 out. 2017. Foto de Wellington Rocha Bezerra

### Inventários

Barão e Baroneza de Araruna, 1874, caixa 248 (Diversos/2º Cartório 1841-1898). Nicolau Joze de Carvalho de Brito, 1882, caixa 247 (Diversos/2º Cartório 1846-1907). Virgínio Barboza de Lucena, 1882, caixa 253 (Diversos/2º Cartório 1837-1889).

### Bibliografia

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa-PB, Universitária/UFPB, 1980.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **O Barão de Araruna e sua prole**. João Pessoa: A UNIÃO, 1978.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Referência Thompson**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e corr. Compilado e redigido por Frank Charles Thompson. São Paulo: Vida, 1992.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1990].

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: Um Estudo sobre Bananeiras, 1830-1888. 1992. **Dissertação** (Mestrado em História), - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FRAGA, Walter. **Encruzilhada da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910) 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 [2006].

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006 [1933].

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Editora da Universitária/UFPB, 1979.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MEDEIROS, Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e Cultura: A União, 2009.

OLIVEIRA, Daniel de. As estratégias de luta pela liberdade nos últimos anos da escravidão na vila/cidade de Bananeiras-PB (1871-1888). 2017. **Dissertação** (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ROCHA, Solange Pereira da. Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba, 1828-1888. 2001. **Dissertação** (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Costumes indígenas do Brasil dos pós-contato o grupo étnico/racial Tarairiu dos sertões da Paraíba**. Campina Grande: Copias e Papeis Editora, 2012.

SILVA, Manoel Luiz. **Bananeiras**: sua história, seus valores. João Pessoa: Gráfica do IPÊ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Bananeiras**: Apanhados Históricos. João Pessoa-PB: Sal da Terra Editora, 2007.